

Estratégias e implicações de uma política bilíngue para surdos: o local da cultura e da diferença¹

Anie Pereira Goularte Gomes²
Liane Camatti³

Resumo

Esse trabalho foi construído a partir de uma experiência desenvolvida na Universidade Federal de Santa Maria com vistas à adaptação do processo seletivo para ingresso de candidatos surdos na universidade. A possibilidade de tal ação efetiva-se a partir de um entendimento da surdez que converge com estudos desenvolvidos especialmente nas últimas duas décadas que tomam os surdos como sujeitos de identidades culturais e cuja diferença é marcada sobretudo pela especificidade linguística. A partir disso, no decorrer do texto, nos detivemos em descrever detalhadamente o processo de tradução do vestibular, aproximando esta ação às concepções inerentes à política bilíngue para surdos. Para o desenvolvimento desse trabalho, utilizamos ferramentas conceituais advindas do campo dos Estudos Surdos. Com o desenvolvimento desse texto, foi possível identificar na ação realizada a possibilidade de estender o uso e a difusão da língua de sinais para além do âmbito escolar, bem como foi possível fazer alguns apontamentos acerca da lógica que se produz a partir de medidas adaptativas como a descrita.

Palavras-chave: tradução/interpretação; política bilíngue.

Um grande número de estudos no campo da surdez vem sendo realizado tomando o sujeito surdo a partir de diferentes enfoques. As últimas duas décadas tiveram potencializadas as discussões que tomam os surdos como sujeitos de identidades culturais construídas nas comunidades surdas, sujeitos esses que experienciam artefatos peculiares dessa cultura. Tais estudos “foram produzindo e inventando a surdez como marcador cultural primordial” (LOPES, 2007, p. 9). Nesse contexto, a diferença surda é marcada, sobretudo, pela especificidade linguística desses sujeitos. A partir disso, uma gama de pesquisas voltou-se para as questões linguísticas envolvidas no

¹ Texto apresentado ao eixo temático “Surdez/Deficiência auditiva” na categoria de Comunicações Orais.

² Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação/RS.

³ Instituto Federal Farroupilha-Campus Alegrete/ Universidade Federal de Santa Maria, Programa de Pós-Graduação em Educação/RS.

ensino, e a política bilíngue despontou com grande força, mostrando-se adequada às peculiaridades dos surdos.

Faz-se pertinente abordar qual o entendimento de política bilíngue que tomamos neste trabalho e que fornece sustentação para uma educação pensada para o surdo usuário da língua de sinais e sujeito da cultura surda. Inicialmente, podemos pontuar que, antes mesmo de falar em bilinguismo, é necessário falar do sujeito que ultrapassa a deficiência, a falta, a marca biológica da diferença. Isso implica falar da surdez como diferença construída historicamente e, portanto, geradora de identidades múltiplas e multifacetadas (FERNANDES, 1999).

A renitência das discussões acerca da educação de surdos traz consigo temas subjacentes que necessitam de um olhar específico. Nesse contexto, a cena composta a partir dos norteamentos oferecidos pela política inclusiva, bem como a força adquirida pelos movimentos surdos, promoveu uma crescente participação desses sujeitos em outros espaços de produção de conhecimento, além do escolar. Ocupando diferentes posições, os surdos vêm se articulando como alunos, professores, pesquisadores, etc. Isso vem colocando em movimento um novo panorama em relação à sua educação, e, com isso, emerge a necessidade de novos olhares sobre propostas que necessitam ser articuladas a fim de atender às emergentes demandas.

O imperativo desse olhar deve-se ao entendimento da contingência em que é produzida a surdez; em outros cenários ou outras condições, as articulações que surgem sempre geram efeitos que são inerentes a uma economia de poder de toda uma época. A partir disso, voltaremos nosso olhar ao objeto que será o foco deste trabalho. Antes de proceder às possíveis análises decorrentes da ação que será abordada e de traçar questões pertinentes acerca dela e do contexto político em que ela é alocada, nos deteremos em descrever o objeto em si.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) vem desenvolvendo ações voltadas para sujeitos surdos no que concerne ao acesso destes à universidade. A ação à qual nos referimos é a tradução em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) de todo o material utilizado no processo seletivo, o que inclui o

edital de abertura e o manual do candidato. Nestes, foi possível encontrar informações pertinentes ao processo do concurso, desde uma apresentação da instituição, os cursos oferecidos, a quantidade de vagas, o processo de inscrição, a realização das provas, os processos de seleção e de classificação, a confirmação de vaga, a matrícula para os candidatos aprovados, enfim, todas as informações necessárias para o vestibulando. O material foi editado em forma de um vídeo, que foi disponibilizado no *site* da comissão que organiza o concurso vestibular. Dessa forma, o surdo que desejasse se inscrever poderia acessar o *site* e encontrar o material em Língua Portuguesa e também em Língua Brasileira de Sinais. A ação foi estendida também às provas de vestibular para ingresso na UFSM. Nestas, os candidatos surdos também têm as questões descritas no papel como todos os outros candidatos e, além disso, contam com um computador individual em que assistem a toda a prova traduzida para a LIBRAS.

É visto que a comunidade surda vem, há tempos, requerendo alguma alternativa ao tradicional sistema de ingresso na universidade. Para isso, tal alternativa deveria estar em convergência com a macroestrutura avaliativa que a universidade mantém como meio de acesso dos candidatos aos cursos superiores oferecidos; por outro lado, dever-se-ia encontrar uma alternativa para que tal avaliação pudesse se dar a partir do que se vem produzindo de conhecimento na área da educação de surdos.

É importante pontuar que, nas provas do vestibular, para além da tradução da prova em português na modalidade escrita para a LIBRAS, algumas questões didáticas na edição dos vídeos atentaram para o candidato surdo como sujeito da experiência visual. Pode-se apontar a inserção de elementos culturais na produção do vídeo, como a colocação de gráficos, imagens e figuras, localizados no vídeo ao lado do intérprete, uma vez que, ao se descreverem os enunciados das questões, o aluno surdo não conseguiria acompanhar visualmente o intérprete e as informações visuais descritas no papel impresso. Assim, os arquivos de todo o recurso visual foram inseridos também no vídeo, bem como outras modificações, como, por exemplo, a mudança para o número de página no português para a indicação do tempo no

DVD. Nesse sentido, podemos perceber que elementos de uma cultura visual foram agregados na elaboração do vídeo traduzido para a LIBRAS.

Não há como desconsiderar o avanço e a importância que tal ação representa. No entanto, pode-se tecer uma análise da lógica que, em parte, se produz a partir disso. As maiores dificuldades encontradas no processo de tradução foram decorrentes do fato de que o material não foi elaborado especificamente para sujeitos surdos. Em outras palavras, os recursos, a estrutura, as estratégias, enfim, o material original em si configura-se como algo pensado para sujeitos ouvintes, que têm a Língua Portuguesa como primeira língua.

Ressaltamos que, ao escrever este trabalho, não possuímos intenção nenhuma de desacreditar ou criticar pejorativamente o material produzido. Nesse sentido, faz-se aqui relevante questionar os movimentos que, por um lado, tornam possíveis ações como esta e que, por outro lado, são produzidos a partir delas. Tais questionamentos devem direcionar-se especialmente à língua de sinais e à tradução da diferença surda apenas à forma de comunicação. Tal reducionismo vem sendo encontrado com muita frequência nas políticas inclusivas brasileiras, que dão grande notoriedade à língua de sinais, com medidas como, por exemplo, a inserção de disciplinas de LIBRAS em todos os cursos de graduação de Fonoaudiologia e licenciaturas. No entanto, é possível perceber que, muitas vezes, nesses movimentos, a língua de sinais é retirada da ordem discursiva produzida na questão da escola, entendida a partir da orientação cultural, e acaba sendo capturada através de outra racionalidade, que a toma como língua-metodologia ou uma língua-recurso.

É evidente a importância da ação de tradução do processo seletivo realizada. Entretanto, tal ação abre espaço para questionamentos que se mostram com muita relevância na discussão sobre inclusão e política bilíngue: não estaríamos nós encerrando a discussão do acesso à educação colocando duas línguas à disposição do sujeito e, dessa forma, correndo o risco de transformar “a proposta bilíngue em mais um dispositivo pedagógico ‘especial’, em mais uma grande narrativa educacional, em mais uma utopia a ser

rapidamente abandonada?” (SKLIAR, 1999, p. 7). Não estaríamos apenas colocando a língua como o que possibilitará acesso ao conhecimento outorgado pelos ouvintes? Tal conhecimento pode ser entendido como o que é realmente necessário, em detrimento de tudo o que realmente significa a língua de sinais: a língua que possibilitará a construção das identidades e a constituição de todos os seus significados.

Um grande leque de perspectivas teóricas poderia ser escolhido para abordar e fundamentar o estudo em questão. Porém, partimos do entendimento de que não há ação social que possa ser compreendida à margem dos sistemas culturais e das malhas do poder. Por essa razão, argumentamos nossa análise a partir de um investimento teórico em autores que contribuem com o entendimento de como são produzidos os sujeitos na contemporaneidade. Nessa perspectiva, as ferramentas analíticas utilizadas para o desenvolvimento deste texto são retiradas do campo dos estudos culturais, em especial aquelas que se filiam à perspectiva pós-estruturalista.

Desse modo, na continuidade deste trabalho, voltaremos nosso olhar justamente aos movimentos que se colocam como condições para que hoje propostas como a adaptação do processo seletivo possam ser articuladas. Primeiramente, pensar sobre a recursividade da cultura parece ser imprescindível no desenho deste trabalho. Isso se deve à visibilidade que a língua de sinais adquiriu nas últimas décadas que se deu a partir do apelo que ela tem como marca maior da cultura surda. Além disso, outra questão que certamente tem ocupado o palco e que faz com que estratégias como a analisada entrem em movimento é a retórica contemporânea sobre a diferença. Neste sentido, tentaremos abordar a maneira pela qual se dá a relação entre diferença e os processos de normalização.

1. A recursividade da cultura surda

Para adentrar nas questões linguísticas de grupos minoritários, faz-se pertinente pensar nos processos identitários e culturais atrelados a eles. Em se tratando do sujeito surdo, antes mesmo de atentar para essas questões, é importante pensar no status linguístico da língua portuguesa em relação à língua de sinais, uma vez que a política inclusiva entende sujeito surdo como bilíngue nos processos educacionais.

Nesse sentido, a racionalidade da política inclusiva percebe a língua de sinais como agente possibilitador de “normalização” do aluno surdo dentro do contexto escolar, na tentativa de traduzir para a língua de sinais todo um processo, uma metodologia, um currículo, um ensino que foi pensado primeiramente e privilegiadamente para alunos ouvintes que fazem uso da língua portuguesa. Esta é a segunda língua dos alunos surdos.

Nesse processo conflituoso e fronteiro entre as línguas e as culturas imbricadas é que acontece grande parte dos processos de subjetivação do sujeito surdo; de conhecimento de si e do outro; e de produção de significados. Muitas vezes, por meio de vivências e experiências, vai se instaurando no aluno surdo um sentimento de estrangeirismo da maioria ouvinte, da qual ele se sente hóspede, e a noção de pertencimento ao grupo escolar torna-se mais distante.

Por mais que a língua de sinais esteja presente em todos os espaços inclusivos de educação, a tradução sempre é feita a partir de um conjunto de ações pensadas anteriormente para o alunado ouvinte. Na breve discussão introdutória deste texto, onde foi descrito o trabalho de tradução do processo seletivo para ingresso no ensino superior, evidenciou-se que, para além da tradução de uma língua para outra, também foram contemplados aspectos que atentam para as questões da experiência visual, artefato este presente na cultura surda.

Não cabe neste espaço discutir a acessibilidade da língua de sinais, mas problematizar quais estratégias de controle que se instauram nesse processo. As discussões acerca da temática cultural e sua relação com as práticas pedagógicas vêm sendo cada vez mais recorrentes com o processo de globalização. A tendência educacional de se trazerem artefatos e elementos

culturais do alunado nas práticas cotidianas do contexto escolar vem sendo exaustivamente estimulada. Hall (2006, p. 77), ao trazer o argumento de Kevin Robin, diz que, “ao lado da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a *diferença* e com a mercantilização da etnia e da 'alteridade'. Há, juntamente com o impacto do 'global', um novo interesse pelo 'local'”. A partir desse entendimento é possível pensarmos na recursividade da cultura surda nos processos educacionais e como esta tem sido tomada a partir de um caráter metodológico, e não em seus processos sociais, históricos e antropológicos.

Antes de usar o termo “cultura surda” de forma conceitual, faz-se oportuno pontuar que esta discussão a entende como sendo inventada e produzida discursivamente em diferentes tempos e espaços. A centralidade da linguagem instituindo o significado da cultura surda torna-se relevante, já que é produzida discursivamente e vem sendo exaustivamente nomeada e significada pela militância surda.

A partir disso, podemos inferir que, para além do processo de significação, a linguagem constitui uma realidade e não apenas a relata, ou seja, ela inventa, cria uma verdade sobre algo. Salientamos que as “coisas”, ou melhor, a “materialidade das coisas” em seu sentido físico existe, mas a relação entre sua existência e os significados que lhes damos é o que toma papel importante nesta discussão. Ao aproximar o foco da linguagem e de sua relação com o termo “cultura”, tomamos as palavras de Hall (1997) no sentido de colocar a “virada cultural” como intimamente ligada a essa nova atitude em relação à linguagem, sendo a cultura nada mais do que a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas a que a língua recorre a fim de dar significado às coisas.

E é justamente a relação entre linguagem e produção de significado que intensifica e coloca permanentemente a cultura surda como imperativa nas comunidades surdas, como forma de resistência e fortalecimento cultural para a garantia de alguns espaços. Na medida em que a ideia conceitual no que tange à cultura surda foi se constituindo, formas de entender e nomeá-la foram simultaneamente sendo instituídas. No momento em que se caracteriza a

cultura, são impostas, criadas, legitimadas formas de pertencer a ela, além de se determinarem padrões de comportamento e práticas de vida que regulam as ações do segmento de pessoas pertencentes a essa cultura.

Não podemos negar que, no intuito de nomear a cultura surda, o povo surdo vem categorizando-a e, muitas vezes, reduzindo-a a artefatos culturais. Um desses artefatos, e talvez primordial, é definitivamente o linguístico, que coloca a língua de sinais como marca maior da cultura surda. Na intenção de marcar a diferença, muitas vezes a língua de sinais é capturada pela lógica categorizante da cultura surda, tornando-se, num sentido mais amplo, um tanto paradoxal.

Entendemos isso como paradoxo, pois, ao retomarmos a análise central desta discussão, podemos perceber que a língua de sinais traduzida no vestibular foi trazida pela militância surda na busca de assegurar seus direitos linguísticos, mas essa mesma tradução também pode ser entendida como fomentadora da normalização desses sujeitos em seus processos educativos. Para tanto, cabe agora pensar não apenas nas questões políticas legais dessa ação, mas também no campo filosófico da diferença, atentando para a recursividade da cultura surda e para o que esse processo vem produzindo nos contextos inclusivos.

2. Diferença e normalização

A partir das linhas já escritas, é possível conceber que a cultura tem se constituído como uma oportuna forma à qual recorrem os grupos minoritários para escavar seu próprio nicho na sociedade. Nessa mesma esteira, na contemporaneidade, toma forma um movimento de fortificação de toda uma retórica em torno da diferença, tomada como “algo normal”, calcando-se em uma pretensa *inclusão social*. A partir disso, e tomada a escola como uma das mais poderosas máquinas de subjetivação disponíveis na sociedade, a

inclusão educacional parece merecer um investimento alto, o que causa severos efeitos no âmbito da educação de surdos.

Assim, medidas adaptativas, como a tradução das provas do vestibular, são trazidas ao palco e utilizadas como recursos para atender à racionalidade política que se instala. Não se trata de tentar pontuar no plano material os sucessos e os limites que tais políticas apresentam quando se articulam com vistas ao sujeito surdo. Trata-se de tentar estabelecer no plano epistemológico as técnicas postas em funcionamento a partir daquelas políticas frente à temeridade da diferença.

Com a proliferação da questão da diferença, é possível destacar alguns movimentos. Por um lado, a recomendação, a conscientização e o apelo – já quase como um lugar-comum – pelo respeito à diferença imprimem em todos e em cada um o “espírito acolhedor” que permite que o diferente fale, reclame, requeira o direito que, historicamente, lhe foi tolhido. Na outra ponta do eixo, os indivíduos distantes da centralidade da norma também sofrem os efeitos das campanhas pela diferença. É o momento de aproveitar, de tomar parte ao menos de um pouco do respeito que está em voga. Na desestabilidade dos movimentos de resistência, a comunidade surda também se fortalece, tomando sua diferença como principal argumento para sustentar suas reivindicações.

Dessa forma, tem-se que a conduta de cada sujeito perante a imposição da diferença ao convívio de todos, acontece pela mídia, pela inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, espaços de formação e demais âmbitos da sociedade. Porém, o ponto é que a conduta de cada sujeito frente à diferença é diretamente relacionada ao espaço ocupado por cada um no eixo da normalidade. O que se intenta dizer com isso é que os apelos da diferença não chegam somente a quem está mais próximo do centro da norma. Na verdade, eles abarcam a todos, incluindo os que estão à margem da normalidade, fazendo com que suas condutas sejam também determinadas por esse processo.

Em nosso país, as políticas voltadas aos surdos ora se articulam como políticas de governo, ora são incorporadas como políticas de Estado. Foucault tratou sobre o funcionamento da norma na sociedade, a propósito da disciplina

e da segurança. Uma das possibilidades de funcionamento da norma coloca-se no plano jurídico, haja vista que “todo sistema legal se relaciona a um sistema de normas” (FOUCAULT, 2008, p. 74). Quando Foucault diz isso, o objetivo é logo a seguir deixar de lado esse conceito para adentrar no território do que ele mesmo chamou de procedimentos, processos, técnicas de normalização, que se dão em outra esfera que não a legal. Mencionar neste trabalho essas duas dinâmicas tem um objetivo bem interessado.

Interessado por tentar deixar claro que há, sim, toda uma articulação dos movimentos surdos mantendo o foco em preceitos legais e tentando, no nível jurídico, validar seus argumentos. A norma que está operando aqui, e que também é fonte de conflitos, é a assimilada pelo discurso jurídico. Talvez seja possível afirmar que a tradução do processo seletivo, em alguma medida, é fruto de reivindicações nessa área. Em outras palavras, se tomado o movimento pelo que ele tem de mais superficial, seria possível afirmar que ações como essas vêm em resposta ao fortalecimento argumentativo do povo surdo em relação às políticas bilíngues.

No entanto, o intuito neste momento é seguir com Foucault, pensando em como, às margens da questão legal, as técnicas de normalização incidem nos sujeitos surdos. A partir disso, é possível fazer o exercício de entender que medidas como a adaptação do processo seletivo têm efeitos e que não só mantêm, mas também reforçam os procedimentos de normalização ao qual devem ser submetidos os sujeitos de uma diferença tão evidente. Colocar esses elementos na ordem das políticas oficiais é providenciar a higienização de uma diferença por demais gritante, por demais ameaçadora. Mencionar tal processo é interessante, principalmente para mostrar que se trata, neste momento, de processos que circulam não necessariamente na esfera legal.

Dessa maneira, a desejada inclusão abrange os mais diversos segmentos da sociedade e, a priori, localiza determinados grupos humanos do lado de fora da fronteira. Em outras palavras, determina de antemão quem são os sujeitos “passíveis de inclusão”. A categorização evidente que se produz em ritmo acentuado traz à pauta o caso de minorias étnicas, de grupos raciais, dos desfavorecidos economicamente, dos adolescentes em risco, do indivíduo “à

margem da lei”, de especiais, enfim, de toda uma gama de desfavorecidos, de grupos que não tiveram as mesmas oportunidades e a mesma sorte que *nós*.

Veiga-Neto (2001) discute a dificuldade de analisar as políticas de inclusão de anormais justamente por esta estar imbricada numa dificuldade anterior à sua constituição: a de traçar os limites da normalidade. Falar sobre inclusão remete a falar sobre estar incluído, sobre pertencer aos limites da normalidade, o que, por sua vez, automaticamente implica a afirmação de não estar fora deles. Há de se considerar, nessa mesma perspectiva, que o movimento de delimitação dos espaços dos incluídos e dos excluídos na contemporaneidade obedece a uma lógica diferenciada. Pinto (1999) diz que existe uma impossibilidade última de fixar os sujeitos como incluídos ou excluídos, haja vista que todos estão sujeitos a estar de um lado ou de outro da fronteira em determinadas situações.

Na discussão que se estabelece aqui, o que pode, neste caso, definir quem está dentro e quem está fora? Indo além, o que é estar dentro e o que é estar fora? O limite entre o pertencer/não pertencer, entre o normal/anormal é muito tênue e parte de um projeto moderno de normalidade. Ser o “outro” não é uma questão natural; ela é relacionada com o lugar atribuído ao outro, o lugar que a normalidade delimita. De qualquer forma, a anormalidade vem se constituindo a partir de saberes específicos, do mesmo modo como vem aproximando o *estranho* para melhor controlá-lo.

Esse movimento converge com a sede de ordem que caracteriza a modernidade. Através dele, é possível aproximar os outros, reconhecê-los e, dessa forma, estabelecer algum saber sobre eles (VEIGA-NETO, 2001). Um ponto a ser destacado nisso é que esse processo de aproximação e de inclusão implica, correlativamente, um processo excludente, fundamentalmente em razão de que aproximar o outro não vai torná-lo o mesmo – vai localizá-lo de determinadas formas no tempo e espaço, vai destacá-lo e controlá-lo a partir de saberes e de um enredamento discursivo específico.

Nesse panorama, torna-se oportuno mencionar os processos de resistência inerentes ao processo correlacional das relações de poder. Como apontam Deacon e Parker (2010, p. 107), “a resistência não é nunca oposta ao

poder; em vez disso, o poder produz múltiplos pontos de resistência contra si mesmo e, inadvertidamente, gera oposição”. A relação que se estabelece nessa paisagem é que ambos os lados se utilizam da diferença para lutar por suas causas: a comunidade surda congrega-se em torno dela, agarrando-se aos seus elementos culturais para resistir, enquanto que o cenário político foca a diferença para mostrar que “ser diferente é normal” e que, através disso, é possível aplicar a esses sujeitos as práticas de normalização.

Talvez corramos o risco de ser pontuais demais, mas a disponibilização do vestibular na língua dos surdos pode ser entendida como mais uma das providências possíveis para a aproximação desses estranhos. Essa é uma medida que pode ser colocada ao lado de outras, como, por exemplo, a captura da língua de sinais nos currículos de escolas para ouvintes. Tais ações podem ser alocadas no jogo de imanência imposto pela resistência oferecida pela comunidade surda aos processos de normalização e apagamento da diferença surda. Aqui, a diferença passa a ser objeto de uso, sendo que deve também contribuir para o êxito das estratégias de normalização.

A língua de sinais, nesse contexto, é retirada de uma ordem discursiva produzida na questão da escola e da orientação cultural e é capturada pela lógica da política da inclusão, que funciona a partir de outra racionalidade: a da diversidade. A partir desta, a diferença é facilmente apagada, sob o pretexto de uma ilusória busca pela homogeneidade. Tal política sustenta-se sob a égide da formulação de uma sociedade plural e culturalmente democrática. No entanto, isso faz com que a circulação da diversidade encubra processos nos quais a cultura funciona – como sempre funcionou – como fator de ordenamento e de classificação. É como se, apenas compartilhando a mesma língua, o surdo pudesse passar a ser capaz de partilhar elementos da sonhada e desejada cultura majoritária.

E por fim...

A articulação da proposta neste trabalho desde o início mostrou-se tarefa, no mínimo, arriscada. Isso se deve ao fato de que precisávamos pensar na tradução do processo seletivo para o ingresso na universidade sem desvalorizar a ação e ao mesmo tempo mantendo um olhar crítico sobre ela. Nesse sentido, ocupamo-nos com a aproximação entre tal medida e a lógica contemporânea que se instala e coloca na vitrine, sobretudo, a questão cultural.

A relevância da tradução justifica-se, já que, dessa maneira, o aluno surdo se depara com o processo de avaliação na sua própria língua. Assim, a política bilíngue ultrapassa o contexto escolar e toma forma de uma conquista, fruto de empreendimentos pelo “reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), por um sistema de avaliação que considere a diferença lingüística e cultural dos surdos, por intérpretes, pela divulgação da LIBRAS na sociedade [...]” (KARNOPP, 2004, p. 106).

Com isso, percebe-se que a ação realizada, em consonância com tantas outras que a possibilitam, segue uma racionalidade política e tem efeitos que incidem diretamente nos sujeitos surdos. Assim, é fato que as estratégias para aproximação desses outros não se dá de forma explicitamente violenta, mas sutilmente, utilizando, inclusive, os próprios argumentos do povo surdo. Nesse sentido é que toma forma um movimento em via de mão dupla que abarca os usos da cultura: se, por um lado, a afirmação cultural leva os sujeitos a uma sensação de pertencimento, de acolhimento, de possibilidade de proteção, por outro lado, oferecer tal segurança através da cultura vem progressivamente tornando-se mais interessante a uma sociedade que tem no controle seu principal investimento. É aqui que se torna possível governar pela cultura a conduta do sujeito pedagógico surdo.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DEACON, R.; PARKER, B. Educação como sujeição e como recusa. In: SILVA, T.T. (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 97-110.

FERNANDES, S. É possível ser surdo em português? Língua de sinais e escrita: em busca de uma aproximação. In: SKLIAR, C. (Org.). **Atualidade em educação bilíngüe para surdos: interfaces entre a pedagogia e a lingüística**. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 59-81.

_____. Aula de 25 de janeiro de 1978. In: _____. **Segurança, território, população**. São Paulo, Martins Fontes, 2008. p. 73-116.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.22, n.2, p. 15-46, 1997.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KARNOPP, L.B. Língua de sinais na educação dos surdos. In: THOMA, A.S.; LOPES, M.C. (Orgs.). **A invenção da surdez: cultura, alteridade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 103-113.

LOPES, M.C. **Surdez e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PINTO, C.R.J. Foucault e as constituições brasileiras: quando a lepra e a peste encontram nossos excluídos. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v.24, n.2, p. 33 – 55, 1999.

SKLIAR, C. A localização política da educação bilíngüe para surdos. In: _____. (Org.). **Atualidade em educação bilíngüe para surdos: interfaces entre a pedagogia e a lingüística**. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 7-14.

VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. In: LARROSA, J; SKLIAR, C. (Orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.